

O SIMBÓLICO REVELADO EM A CASA DA MADRINHA SOB A PERSPECTIVA DA DITADURA MILITAR¹

Alice Atsuko Matsuda²

Mônica de Melo Fontinhas³

Resumo: Por meio de uma abordagem exploratória, o presente artigo visa analisar, interpretar e discutir as representações simbólicas na obra *A casa da Madrinha*, 1978, de Lygia Bojunga Nunes, que denuncia a política ditatorial instaurada no país a partir do golpe de 1964. Sua linguagem e seu conteúdo, aparentemente simples, contém uma profunda referência crítica ao momento político e social do período militar. A forte influência do contexto histórico vivido pelos artistas da época, inclusive muitos silenciados pela censura, induziu à explosão de denúncias por meio de simbologias ao regime ditatorial e sua forma desumana de governo em publicações de Literatura Infantil. Assim, além da relevância da análise sociológica, o artigo tem um caráter politizador por perceber, no referido gênero literário, uma fonte crítica de fomento à discussão e reflexão sobre os anos duros da Ditadura Militar brasileira.

Palavras-chave: Literatura Infantojuvenil. Ditadura Militar. Análise Sociológica.

THE SYMBOLIC REVEALED IN *THE GODMOTHER' HOUSE* UNDER THE PERSPECTIVE OF THE MILITARY DICTATORSHIP

Abstract : Using an exploratory approach, this article aims to analyze, interpret and discuss the symbolic representations in *The Godmother's House*, 1978, by Lygia Bojunga, which denounces the dictatorial politics established in the country since the 1964 coup. Its language and content, which are apparently simple, contain a profound critical reference to the political and social moment of the military period. The strong influence of the historical context lived by the artists of the time, including the ones silenced by censorship, led to the explosion of denunciations through symbolism of the dictatorial regime and its inhuman form of government in Children's Literature. Thus, besides the relevance of sociological analysis, the article has a politicizing character because it perceives, in the referred literary genre, a critical source of fomentation to the discussion and reflection about the hard years of the Brazilian Military Dictatorship.

Keywords: Children's Literature. Military dictatorship. Sociological analysis.

1 Estudo mais amplo sobre o tema foi desenvolvido na monografia de Mônica de Melo Fontinhas (2014).

2 Doutorado em Letras - Estudos Literários - pela Universidade Estadual de Londrina (2009). Em junho/2018 finalizou Estágio Pós-Doutoral na Universidade de Coimbra, com auxílio Capes, integrando o Grupo de Investigação Mediação Digital e Materialidades da Literatura. É professor titular, Associado 1, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL). E-mail alicematsuda@gmail.

3 Mestranda no Programa de Pós-graduação Teoria e Prática em Educação (UFPR).

Introdução

Quando se pretende fazer uma análise literária, o analista precisa ter bem claro o objetivo de sua pesquisa para, então, iniciar os estudos em prol de seus resultados. Ainda, o pesquisador deve elencar os elementos que serão os motivadores de seu debruce sobre a obra escolhida como *corpus* de trabalho.

Com a leitura *d'A casa da Madrinha* (2012), por exemplo, refletiu-se, primeiramente, quanto ao contexto histórico de sua publicação, 1978, pois pensar no contexto histórico significa pensar a sociedade que influenciou o autor para criação de um texto. Sobre essa assertiva, Candido afirma:

Neste ponto surge uma pergunta: qual a influência exercida pelo meio social sobre a obra de arte? Digamos que ela deve ser imediatamente completada por outra: qual a influência exercida pela obra de arte sobre o meio? Assim poderemos chegar mais perto de uma interpretação dialética, superando o caráter mecanicista das que geralmente predominam. Algumas das tendências mais vivas da estética moderna estão empenhadas em estudar como a obra de arte plasma o meio, cria o seu público e as suas vias de penetração, agindo em sentido inverso aos das influências externas. (CANDIDO, 2011, p. 28)

Segundo o próprio autor, o conteúdo social de qualquer arte geralmente tem motivos de ordem moral ou política que, dependendo da ação dos fatores do meio, refletem-se na obra em graus diversos, produzindo sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e valores frente ao mundo, ou, reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Para tanto, é necessário, também, considerar o público a que se destina a referida arte.

O público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois, ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador. Os artistas incompreendidos, ou desconhecidos em seu tempo, passam realmente a viver quando a posteridade define afinal seu valor. Deste modo, o público é fator de ligação entre o autor e a sua própria obra. (CANDIDO, 2011, p.48)

Seguindo o raciocínio, forças condicionantes determinam o caminho pelo qual o artista deve seguir, visto que, dependendo da ocasião em que a obra será produzida, o autor percebe a necessidade de confeccioná-la, julgando-a indispensável ao bem coletivo.

Ou seja, há artista que compreende o contexto em que vive, fazendo dele sua obra e sua crítica, além do amparo crítico de outras vozes, muitas vezes, dos que não têm voz. É o caso do presente *corpus* de análise, que tem em Lygia Bojunga a ponte entre a repressão e os oprimidos por ela.

Como mencionado, a obra em questão tem como foco principal as crianças e os adolescentes, jovens leitores, que não estão restritos a discussões que assolam a realidade em que vivem. Mesmo assim, a autora foi prudente com a linguagem usada na tessitura da narrativa, utilizando, como de praxe, o coloquialismo.

Momentos relevantes da história terão, igualmente, seu destaque quando necessário, pois significantes trechos do livro fazem alusão a fatos históricos do país no período ditatorial, haja vista que “[...] a função histórica ou social de uma obra depende da sua estrutura literária. E que esta repousa sobre a organização formal de certas representações mentais, condicionadas pela sociedade em que a obra foi escrita” (CANDIDO, 2011, p. 177).

Além disso, o presente *corpus* contém, em sua estrutura, a presença do sonho, da fantasia, da imaginação e do excesso de criatividade por parte dos personagens – que, obviamente, são reflexo da escrita de Bojunga – marcados por um universo fantástico, ingredientes necessários para se criar o lúdico.

Para melhor entendimento da análise, foram eleitos alguns tópicos que facilitarão o desenvolvimento do estudo, visando interpretar os elementos simbólicos, metafóricos e as alusões que

aparecem no decorrer da narrativa, reconhecendo neles as denúncias contra a Ditadura Militar, tais como: I – as torturas, com suas consequências físicas e psicológicas; II – a política de delação; III – os Atos Institucionais que regiam o governo ditatorial na época; IV – o sistema de ensino; e, V – o rígido controle do pensamento e da reflexão.

Na análise, serão analisados excertos da obra para melhor discernimento e exemplificação do item, além de grifos feitos pela pesquisadora para destaque da palavra ou trecho em questão.

Considera-se, para tanto, que estudar a Ditadura apenas como um período governamental é errôneo, uma vez que o autoritarismo dos ditadores ultrapassou a linha tênue da violência, da censura e da calamidade social.

Dessa forma, a análise crítica de cunho político e social do referido momento é relevante para aprofundamento da análise do *corpus* selecionado. *A casa da Madrinha* (2012), com certeza, não será mais lida da mesma forma, após o desvendamento do simbólico contido em sua narrativa.

I. As torturas

Em busca de desenvolvimento econômico rápido, o governo militar assumiu poderes excepcionais e suprimiu os direitos constitucionais dos cidadãos. Os métodos de interrogatórios e o sistema processual baseados na Doutrina de Segurança Nacional instituíram a tortura como meio para buscar as confissões dos presos políticos no período de 1964 a 1979. Sobre a tortura, Evaristo (1985, p. 282) define:

[...] tortura é tudo aquilo que deliberadamente uma pessoa possa fazer a outra, produzindo dor, pânico, desgaste moral ou desequilíbrio psíquico, provocando lesão, contusão, funcionamento anormal do corpo ou das faculdades mentais, bem como prejuízo à moral.

Conclui-se, então, que as autoridades, durante a Ditadura Militar, ignoraram o princípio contido no artigo 5º da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, assinada pelo Brasil na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) no dia 10 de dezembro de 1948, que reza: “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel ou degradante.”

A partir dessa constatação, será analisado como a escritora Lygia Bojunga Nunes criticou tal barbárie, que suprimiu os direitos e a dignidade de muitos brasileiros que levantaram a voz ou agiram a favor dos pobres e oprimidos no país.

O pavão, companheiro de Alexandre na narrativa, tinha um filtro em seu cérebro. Pode-se considerar esse filtro, metaforicamente, de duas formas: a primeira, que será tratada nesta parte do capítulo como consequência significativa das torturas sofridas por ele; a segunda, que será discutida posteriormente, refere-se ao sistema de ensino. Para colocar o filtro em sua cabeça seus donos matricularam a ave numa escola denominada OSARTA.

A escola pra onde levaram o Pavão se chamava Escola Osarta do Pensamento. Bolaram o nome da escola pra não dar muito na vista. Mas quem estava interessado no assunto percebia logo: era só ler Osarta de trás pra frente. (BOJUNGA, 2012, p. 37)

A escola tinha três cursos: o Curso Papo, o Curso Linha e o Curso Filtro. O Curso Papo, por exemplo, era só conversa o tempo todo, contudo, não havia diálogo, era somente para se ouvir calado.

O Pavão até que gostou; naquele tempo o pensamento dele era normal, ele gostava de conversar, de ficar sabendo o que é que os outros achavam, de achar também uma porção de coisas. Só tinha um problema: ele não podia achar nada; tinha que ficar quieto escutando o pessoal falar. Se abria o bico, ia de castigo; se pedia para ir lá fora, ia de castigo; se cochilava (o pessoal falava tanto que dava sono), acordavam ele correndo pra ele ir de castigo. (BOJUNGA, 2012, p. 37)

Relacionam-se a essa característica do curso, os interrogatórios que iniciavam sempre com o infinito falatório, que tinham como objetivo primário cansar o preso e persuadi-lo a responder de acordo com as “verdades” que os policiais queriam ouvir.

Para melhor esclarecimento, no livro *Batismo de Sangue*, de 1982, Frei Betto – autor da obra – relata as experiências amargas que vivenciou e presenciou durante sua prisão, além dos depoimentos de alguns amigos militantes, também presos, no período militar. Dentre tantos relatos, ele menciona os interrogatórios: “Segunda lição: tentar soltar a língua do preso no *papo*. Recusando-se a colaborar, passa aos métodos “científicos” (BETTO, 1982, p. 175).

A primeira parte dos interrogatórios durava horas, propositalmente, para cansar o prisioneiro e amedrontá-lo com ameaças de torturas. No livro *A casa da Madrinha*, por exemplo, acontece algo semelhante com o pavão.

O Pavão era um bicho calmo, tranquilo. Mas com aquele *papo* todo dia o dia todo a todo instante, deu pra ir ficando apavorado. Se assustava à toa, qualquer barulhinho e já pulava pra um lado, o coração pra outro. Pegou tique nervoso: suspirava tremidinho, a toda hora sacudia a última pena do lado esquerdo, cada três quartos de hora sacudia a penúltima do lado direito. O Curso Papo era pra isso mesmo: pro aluno ficar com medo de tudo. (BOJUNGA, 2012, p. 38)

Outro fragmento importante a ser destacado do livro *Batismo de Sangue* refere-se ainda aos interrogatórios, agora alternados com pancadas e muito papo: “Sexta lição: levar o prisioneiro à exaustão, até a perda completa do domínio de seus sentimentos, raciocínios e palavras” (BETTO, 1982, p. 182).

Essas consequências físicas e psicológicas começam a dar sinais no personagem pavão do livro de Bojunga:

O Pavão cada vez se apavorava mais. Lá pro meio do curso ele pegou um jeito esquisito de andar: experimentava cada passo que dava, pra ver se não escorregava, se não caía, se não tinha brotoeja, se não acabava na fogueira. E na hora de falar também achava que a fala ia cair, escorregar, trancava o bico, o melhor era nem falar. (BOJUNGA, 2012, p. 39)

Compreende-se, a partir dos trechos acima, como a autora se beneficiou de recursos simbólicos/metafóricos para apontar de forma crítica as atrocidades desumanas, com suas sequelas, praticadas pelo governo no período militar em prol da “segurança nacional”.

A seguir, o personagem começa a frequentar o Curso Linha. Nele, o aluno tinha parte do pensamento costurado por uma linha. Aliás, nesta parte da narrativa, a autora faz referência a outro texto de sua autoria: *A bolsa amarela*, de 1976, no qual outro personagem, um galo de briga, tem, também, seu pensamento costurado. Inclusive, são os donos do tal galo de briga que dão aula no curso em questão.

Ao saber que mudaria de curso, a ave se apavorou, mas foi, “com um medo danado de cair. [...] suspirando tremidinho” (BOJUNGA, 2012, p.40). Ele sabia que iria ficar mais limitado do que já estava e que as dores seriam maiores, ou seja, a tortura seria, agora, mais pesada a ponto de o pavão mudar seu modo de pensar.

Para não sofrer tanto com a “operação” que seria feita em sua cabeça, ele começa a treinar uma ginástica para se preparar ante as dores e, principalmente, visando impedir um estrago muito grande em seu pensamento. Queria sair da mesa de operação o mais lúcido possível.

O Pavão não dormiu. Passou a noite inteirinha fazendo **ginástica**. Um-dois, um-dois, um-dois. Uma **ginástica** meio esquisita: no um ele deixava a perna bem mole, bem à vontade; de repente – dois! – puxava a perna com toda a força. Repetia o exercício uma porção de vezes. Quando uma perna já estava bem treinada, ele passava pra outra. Depois treinava o pé. (BOJUNGA, 2012, p.42)

Similarmente, no livro *Batismo de sangue*, menciona-se o preparo dos presos antes das torturas mais pesadas que, diariamente, assombravam a prisão: “Alguns companheiros estavam deitados, sem condições de andar após longas horas no pau-de-arara. Outros faziam **ginástica**, preparando-se para as novas sessões prometidas por Fleury e sua equipe” (BETTO, 1982, p.237).

Essa relação prova, uma vez mais, como Lygia Bojunga se apropriou do simbólico para compor uma narrativa que dialogasse com a sociedade de seu tempo. Infelizmente, na época da publicação do livro, essas atrocidades faziam parte da política vigente no país.

Posteriormente, mandaram o pavão para o Curso Filtro, pois a tal cirurgia no Curso Linha não dera certo. Na verdade, a ginástica deu resultado: de tanto ele puxar a perna de um lado, puxar a perna para o outro, as linhas arrebentavam e não se prendiam ao seu pensamento. Em consequência, seus donos o levaram para colocar o filtro em sua cabeça.

O Curso Filtro era o último recurso para aqueles que não foram bem-sucedidos nos anteriores. Era o caso do Pavão. Tamanha resistência tinha lá suas consequências e no caso do personagem foi a pior: um filtro foi introduzido em seu pensamento com uma torneirinha minimamente aberta para que seu raciocínio apenas “pingasse”.

Não deixaram ele falar mais nada. Seguraram ele com força, abriram a cabeça dele, botaram o filtro bem na entrada do pensamento, puxaram pra cá e pra lá, ajeitando bem pra não entrar nenhuma ideia na cabeça do Pavão sem antes passar pelo filtro, e aí deixaram a torneirinha só um tiquinho aberta. Coisa à toa, não dava pra quase nada. (BOJUNGA, 2012, p. 46)

Esse fato faz alusão aos métodos de torturas mais pesados, em que sequelas psicológicas e até sequelas de nível moral são mais recorrentes

diante do medo de morrer. “[...] em mim, essas torturas tiveram ainda o papel de desestruturar psicologicamente. [...] fiz um pronunciamento renegando minhas ideias, e fiz isto sob um estado completo de desestruturação por todas as torturas sofridas [...]” (EVARISTO, 1985, p. 221).

Na obra de Bojunga não é diferente, pois as sequelas também atingiram o Pavão. Aliás, é importante relatar que o filtro tinha um defeito na torneirinha, ela não ficava regulada no mesmo lugar “[...] às vezes, ia indo, ia indo, e de repente abria toda (aí era um tal de passar pensamento na cabeça do Pavão que era uma maravilha)” (BOJUNGA, 2012, p.47).

Ou seja, a mencionada ave sofreu as torturas mais pesadas que lhe resultaram em sequelas psicológicas. A referência da torneirinha com defeito prova isso, uma vez que o Pavão conseguia em alguns momentos retomar a consciência plena da realidade, voltando em pouco tempo para o transe traumático que o filtro/tortura lhe causara.

Mas um dia, quando ela abriu toda, o Pavão desatou a pensar normal, a lembrar de tudo e acabou compreendendo o que é que tinha acontecido. Foi bom mesmo. Mas durou pouco; quando o Pavão estava no melhor do pensamento a torneirinha fechou de novo. (BOJUNGA, 2012, p. 47)

O próximo excerto, chega a emocionar por exemplificar, simbolicamente, o estado de um torturado com suas consequências físicas e psicológicas na figura do pavão:

O Pavão foi perdendo o brilho do olho, repetiu baixinho “pronto”. Foi ficando quieto, cada vez mais quieto.

Aí Alexandre viu que, sem mais nem menos de novo, o Pavão tinha deixando de pensar normal, de falar normal, de mexer... (BOJUNGA, 2012, p. 33)

Para certos militares, todo réu é culpado até que se prove ao contrário. Nas palavras de Frei Betto (1982, p. 261):

Parte-se da ideia de que ninguém confessa os seus “crimes”, a menos que seja forçado a falar. E para isso só há um recurso: a tortura. [...] Troca-se a dignidade pela preservação da vida. Nesse momento, a escolha é crucial, entre ceder à ânsia de sobreviver ou aceitar a dor e a morte por fidelidade aos princípios assumidos.

Enfim, os métodos de torturas foram usados de maneira abusiva pelas autoridades na pretensão de manter a ordem e conter as possíveis revoluções no país. Na busca pelo progresso e pela “democracia”, violaram de maneira bruta os direitos civis e humanos de centenas de brasileiros que, apenas, sonhavam com um Brasil mais justo e igualitário em todas as esferas sociais.

II. A política de delação

No Brasil dominado pela Doutrina de Segurança Nacional, o desprezo pelo povo ergueu uma barreira tão grande entre o Estado e a Nação que a ideia de “inimigo interno” aflorou naturalmente, ou seja, ele estava nas fronteiras ideológicas.

Todos que discordavam do regime eram inimigos. Como eles encontravam-se dentro do Brasil, eram inimigos internos. Ao criar essa figura, o regime subverteu o nosso tradicional conceito de defesa. Dessa forma, a nova Constituição militar incorporou vários dispositivos para favorecer a repressão a fim de “legalizar” suas atitudes arbitrárias.

O artigo 89, por exemplo, transformou todos os brasileiros em responsáveis pela segurança nacional. Assim, quem não acusasse a presença de um inimigo interno, em qualquer setor da atividade social, seria ele também inimigo interno.

Institucionalizou-se a delação, até por mesquinha questão de sobrevivência pessoal. Mesmo o diretor da escola começou a denunciar o professor que abordava determinados temas

proibidos, para não ser punido com ele. O povo entendeu que se vivia um período de “dedurismo”.

Na obra *A casa da Madrinha*, por exemplo, acontece um fato que faz alusão a essa política tão desprezível quanto o próprio sistema governamental do período. Antes de sair à procura da “casa da madrinha”, Alexandre frequentou a escola. Lá, havia uma professora que era famosa por uma maleta gorducha que carregava o tempo todo.

A referida maleta armazenava pacotes de diferentes cores e tamanhos. Quando a professora tirava um, pelo tamanho e pela cor do pacote, sabia-se qual aula seria ministrada naquele dia. E eram as mais variadas situações que norteavam a maneira de ensinar/aprender da classe. No entanto, um fato muda a situação:

(Um dia a diretora da escola entrou na classe justo na hora em que Alexandre estava ensinando um outro garoto a fazer uns bolinhos de trigo. Uma fumaceira medonha na sala. Tudo quanto é criança em volta do fogão palpitando: falta mais sal! bota pimenta! bota um pouquinho de salsa! A diretora sabia que estava na hora da aula de matemática. Que matemática era aquela que a Professora estava inventando? Não gostou da invenção. Mas saiu sem dizer nada.) (BOJUNGA, 2012, p.62-63)

Esse fato é importante, pois a partir dele, a professora não pode mais usar sua maleta para ministrar suas aulas.

No outro dia saiu a *fofoca*: contaram pra Alexandre *que tinha um pessoal* que não estava gostando da maleta da Professora.

—Que pessoal?

Um disse que era a diretora, outro disse que era uma outra professora, outro disse que era o pai de um aluno, outro falou que era o faxineiro, e foi um tal de um disse que o outro falou, que ninguém ficou sabendo direito. (BOJUNGA, 2012, p.64)

A partir desse fragmento, fica claro como funcionava a política da delação no período. O medo de ser preso junto com colegas de trabalho,

pelo fato de não compactuar com suas ideologias, rebaixava profissionais a meros delatores e colaboradores do regime repressor. Em muitos casos, a simples inveja de outrem levava muitas pessoas a serem presas, embora não fossem militantes, sem ao menos entenderem os motivos reais de seus cárceres.

Mais uma vez, de modo inteligente, Bojunga critica essa prática que desmoralizava muito mais o delator que o delatado. A prisão do acusado não justificava os atos preventivos dos militares, visto que só conseguiam governar o país disseminando o medo em todos os setores sociais.

III. Os Atos Institucionais

Para legitimar-se, a ditadura criou a sua própria jurisprudência a partir dos Atos Institucionais. Pode-se dizer que o regime começou com o AI-1 e coroou-se com o AI-5. Visando melhor esclarecimento, Chiavenato (2004, p. 110-112) relata sobre tal política, a ser comentada, a seguir, de modo sucinto.

O AI-1, de 09 de abril de 1964, afastou qualquer possibilidade de o povo influir no destino político do Brasil. Suspendeu por seis meses as garantias constitucionais, medida que permitiu a realização das famosas “investigações sumárias” em que funcionários públicos foram convidados a deixar seus cargos, ignorando qualquer prerrogativa de estabilidade e vitalidade, além de instaurar a caça aos direitos políticos, inclusive dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart.

O AI-2, de outubro de 1965, institucionalizou a ditadura no país, pois, extinguiu todos os partidos políticos e deu poder ao Executivo para fechar o Congresso quando julgasse necessário.

Em fevereiro de 1966, o AI-3, entre outras medidas, ampliou o controle político e restringiu

ainda mais o direito ao voto popular, impondo eleições indiretas também para governador.

Posteriormente, em 1967, Costa e Silva assumiu a presidência e endureceu a situação política decretando uma nova Constituição e promulgando a Lei de Segurança Nacional que tornou todos os cidadãos suspeitos, ativa ou passivamente.

Mesmo assim, o AI-5 nasceu para inibir as greves dos diversos segmentos, conter as manifestações estudantis e anular a crescente militância dos trabalhadores. Desta forma, em 13 de dezembro de 1968, o presidente vigente assinou o referido Ato Institucional.

Pode-se inferir que, com o objetivo de execrar essas regras que regulamentaram a política e as leis no país, Bojunga cria cinco donos que decidiam e manipulavam a vida do Pavão no livro *A casa da Madrinha*.

Cada Ato Institucional visava ao controle político de uma esfera social específica que não comprometesse o regime “democrático”. Que tanto se repercutia na mídia por parte dos militares. De igual modo, cada dono do Pavão dava um palpite que melhor lhe favorecia no comando da referida ave.

_Mas quantos donos o Pavão tinha?

_Cinco.

_Puxa! Por quê?

[...]

_Bom, antes de fazer *sucesso* ele não tinha dono nenhum. Mas foi só começar aquela história de todo mundo querer ver a beleza do Pavão que apareceram logo cinco donos [...]. (BOJUNGA, 2012, p. 35)

Do trecho selecionado, pode-se pensar nas formas de poder que se exerceu durante a Ditadura Militar. Quando o Brasil começou a se caracterizar como um país de desenvolvimento devido a suas riquezas naturais e avanço industrial, potências estrangeiras começaram a “admirar” e a interferir na política interna da nação. Com o golpe militar, essa

interferência se legitimou e os Atos Institucionais contribuíram para tanto.

Quando os donos do Pavão foram levá-lo para a Escola Osarta do Pensamento, tiveram que decidir no Curso Linha o que seria costurado e o que ficaria para a ave pensar.

Os cinco donos do Pavão foram lá na Osarta resolver o que é que sumia e o que é que não sumia na costura do pensamento. Cada dono queria que o Pavão ficasse pensando uma porção de coisas pro resto da vida. (BOJUNGA, 2012, p. 41)

Compreende-se, desta forma, como o aparelho repressivo se autodenominava “donos” das condutas dos cidadãos, intervindo com suas leis absurdas que beneficiavam apenas os interesses dos militares governantes e excluía cada vez mais o povo da participação política. O fragmento a seguir comprova a assertiva:

Os cinco donos discutiram três horas e meia e aí escolheram:

- _ O Pavão vai achar que a gente é o máximo.
 - _ O Pavão vai adorar se exibir.
 - _ O Pavão não vai querer sair de perto da gente.
 - _ O Pavão não vai querer tostão do dinheiro que a gente vai ganhar com ele.
- [..]
- _ O Pavão vai defender com bico e penas a beleza dele. (BOJUNGA, 2012, p. 41-42)

Logo, os Atos Institucionais surgiram como um desafio à nação e um recado de mandonismo por parte dos governantes. Aliás, do trecho anterior deduz-se que o Pavão representa o próprio Brasil ou o povo oprimido com os “donos militares” discutindo os próximos passos do país e de suas vidas.

IV. O sistema de ensino

Mesmo com o relativo avanço no campo da produção na área da Literatura Infantil e Juvenil no Brasil na década de 1970, durante o período militar

privilegiou-se a “formação técnica”, treinando mão-de-obra para as multinacionais e desconsiderando o ensino básico. Tentou-se “tecnificar” a educação, o que resultou em um processo alienante no setor escolar.

A partir do governo Castelo Branco, o ensino brasileiro foi orientado pela United States Agency for International Development (Usaid), que certamente planejava para o Brasil uma educação orientada pelo padrão dos Estados Unidos.

A consequência dessa parceria foi um sistema de ensino mais rígido e tradicional que visava, apenas, um operário capacitado e não crítico. Inclusive, sobre esse aspecto, o tópico seguinte o discutirá com mais profundidade. Neste momento, será focado o formato sistemático e alienador que distanciava o aluno de sua realidade política e social.

No livro *A casa da Madrinha*, por exemplo, a Professora da maleta representa a oposição daquilo que se esperava do ensino e de seus docentes pelo governo militar. Já no início de sua apresentação, Lygia Bojunga a descreve: “A Professora era *jovem*; a *maleta era velha*, meio *estragada*, e de um lado tinha o desenho de *um garoto e uma garota* de mãos dadas, *vestindo igual, cabelo igual, risada igual*” (BOJUNGA, 2012, p. 61).

É interessante destacar como o adjetivo da professora se opõe ao da maleta. A mestra era “jovem” e sua maleta “velha”. Pode-se pensar que o acessório faz referência ao sistema de ensino arcaico e, sobretudo, em mal estado devido à falta de investimentos necessários, pois, para privilegiar a “segurança nacional”, foram cortadas as verbas para a educação, algo que se reflete até os dias de hoje.

Já a Professora, simbolicamente, é o reflexo da mudança no sistema de ensino e do futuro da nação por ser jovem. Além disso, a figura do garoto e da garota que estão estampados na maleta com as vestes, com o cabelo e com o riso iguais, reproduzem a necessidade de se padronizar o aluno

que frequentava o espaço escolar, conduzindo-o ao mercado de trabalho de modo uniforme em harmonia com o aparelho repressor.

Em outro trecho, “A Professora gostava de *ver a classe contente*, mal entrava na aula e já ia contando uma coisa engraçada” (BOJUNGA, 2012, p. 62), é exposto ao leitor a imagem de uma docente preocupada com o estado de ânimo de seus alunos. Ela queria, primeiramente, vê-los felizes antes de iniciar a aula. Só assim eles estariam dispostos a aprender mais.

Enfim, não era concebível em um governo autoritário e arbitrário docentes com esse perfil inovador. Para se adequar ao sistema de ensino tecnicista implantado na época, o professor precisava ter uma postura ainda mais técnica e conservadora, que resultasse em alunos acrílicos e capazes de enfrentar o mercado de trabalho sem questionamentos ou dúvidas sobre a política vigente do país.

V. O rígido controle do pensamento e da reflexão

O governo militar não ceifou o pensamento apenas no ensino básico com uma educação tecnicista, que visava apenas à mão-de-obra das indústrias, mas agrediu, principalmente, a cultura, a informação e a reflexão nas universidades de todo país.

No dia 09 de abril de 1965, por exemplo, tropas do Exército, sob o comando do coronel Darci Lázaro, armadas para combate, invadiram a Universidade de Brasília (UnB) prendendo professores e alunos. Em seguida, executou-se uma “batida” para apreensão de documentos e livros.

Entretanto, foi na Universidade de São Paulo (USP) que a situação revelou-se ainda mais grave, pois os militares não precisaram designar nenhuma tropa para conquistar a Instituição de ensino: o seu reitor, Gama e Silva, aliou-se à ditadura,

traindo os compromissos assumidos em 1963, quando se elegeu graças a uma conciliação entre conservadores e progressistas.

O resultado foi de prisões espetaculosas, perseguições e uma repressão sistemática. A queda moral na reitoria da USP chegou ao ponto de Gama e Silva nomear uma comissão de “dedos-duros” para policiar professores e alunos, conforme a *Folha de S. Paulo* noticiou em 26 de julho de 1964.

Posteriormente, de 1970 a 1975, a repressão institucionalizou-se no interior da USP. Reitorias dóceis à ditadura agiam como se a universidade fosse um apêndice burocrático do sistema. Sufocaram-se as manifestações de rebeldia, alguns alunos morreram e outros “desapareceram”. Dentro do recinto acadêmico, funcionou um “tribunal militar”, com agentes de segurança vigiando a faculdade. Tudo clandestino, porém, mais ou menos às claras, como convém a um sistema autoritário.

Ao se impor pela força, adotando um modelo consequente e coerente com a Doutrina de Segurança Nacional, a ditadura mostrou a sua verdadeira natureza em termos culturais. Cumpriu-se a “profecia” do comandante da invasão da UnB, o já mencionado coronel Darci Lázaro: “Se essa história de cultura vai atrapalhar a endireitar o Brasil, vamos acabar com a cultura durante trinta anos” (CHIAVENATO, 2004, p. 149).

Obviamente, um país sem amparo cultural não constitui bases para a reflexão crítica da sociedade a que pertence. Assim, para ter o total domínio de seu povo, o governo militar retirou do ensino básico e do ensino superior os alicerces que sustentavam a formação crítica dos jovens, implantando uma pedagogia baseada apenas na reprodução e na estagnação intelectual.

No livro *A casa da Madrinha*, Bojunga enfatiza esse problema em dois momentos: no primeiro, simbolicamente representado pelo filtro que o Pavão carrega em seu pensamento; no segundo, por meio das aulas ministradas pela Professora da

maleta que, na verdade, faz alusão àquilo que os militares não esperavam de seus professores.

Para melhor esclarecimento, observa-se o fragmento abaixo, quando os donos do Pavão tentam prender a ave sem resultado. Com isso, resolvem levá-lo para a Escola Osarta do Pensamento: “Vamos acabar de vez com a mania desse cara se soltar” “E então levaram o Pavão pra uma escola que tinha lá perto e que era uma escola feita de propósito pra atrasar o pensamento dos alunos” (BOJUNGA, 2012, p.36).

Como o próprio nome diz, a Escola *Atraso* do Pensamento tinha como objetivo regredir o pensamento do aluno. É dessa forma que começa o processo de regressão do Pavão. No Curso Papo, por exemplo, a ave só escuta o professor falar, não há interação ou qualquer intervenção durante a aula por parte do aluno. Caso o aluno fizesse qualquer comentário, o mesmo era ordenado a se retirar da sala e era levado para o castigo.

As aulas eram muito cansativas e alienantes. O personagem sentia muito sono e cansaço durante o discurso dos professores. Observam-se nesses fatos, as aulas engessadas, propostas apenas para a repetição e memorização, sem interação ou métodos reflexivos que motivassem a formação de um aluno crítico e integrado à sociedade.

Sabe-se o quanto é importante o diálogo para a provocação de novas ideias e para a discussão de polêmicas que assolam a sociedade, em especial, no momento histórico em que se vive. Escutar, ou melhor, apenas assistir às aulas que não incitam a reflexão impede a agregação do povo para lutas de nível político/social.

De igual modo, no fragmento a seguir, salienta-se essa constatação: “No princípio do

curso, o Pavão só tirava zero, um, dois no máximo. [...] (Nota dez era só pra *quando o aluno ficava com medo de pensar*. Aí o curso estava completo, davam diploma e tudo)” (BOJUNGA, 2012, p.39)

Como a ave conseguiu passar pelo Curso Linha sem muitas consequências, lhe encaminharam, rapidamente, para o Curso Filtro que logo se refletiu em suas atitudes. O Pavão, a partir de então, começa a regredir para um estado, praticamente, vegetativo.

O filtro, metaforicamente, designa a limitação de raciocínio/reflexão em que o aluno está pré-disposto com aulas apenas expositivas, sem um critério de avaliação adequado à idade ou ao nível de aprendizado do jovem. O excerto abaixo exemplifica melhor esse controle:

Os donos *treinavam* ele.

_ Anda assim. Abre as penas assim. Responde assim. Olha assim.

E ele andava. Abria. Respondia. Olhava. Porque essa era a vantagem do pensamento atrasado: o Pavão fazia direitinho, sem nunca parar para pensar, tudo que os outros mandavam. (BOJUNGA, 2012, p. 47-48)

Nota-se que a autora se vale da palavra “*treinavam*” para reforçar sua crítica contra o sistema de ensino do regime ditatorial, vigente na publicação da obra. Percebe-se, inclusive, que o Pavão responde de acordo com o treino de seus donos, tal qual o objetivo dos militares na época, quando impuseram um ensino tecnicista que visava, apenas, ao “*treino*” do alunado.

Paralelamente, a Professora da maleta, como dito, representa o professorado que não era bem visto pela Ditadura Militar. Isso porque ela ministrava aulas diferenciadas, aproximando seus alunos do ensino, de acordo com a realidade

individual, respeitando as diferenças e os distintos modos de aprendizado.

Só pela cor do pacote as crianças já sabiam o que é que ia acontecer: pacote azul era dia de inventar brincadeira de juntar menino e menina; não ficava mais valendo aquela história mofada de menino só brinca disso, menina só brinca daquilo, meninos do lado de cá, meninas do lado de lá. (BOJUNGA, 2012, p. 62)

Nota-se como Lygia Bojunga Nunes já destacava e criticava o sexismo, imposto desde cedo pela sociedade, no círculo infantil. Sabe-se que, apesar dos ventos progressistas e do avanço cultural, o Brasil continuava tendo como alicerce a tradicional e patriarcal rede familiar. Aliás, visível como outro meio de dominação dos militares que difundiam o “comunismo ateu”, obrigando famílias cristãs a se unirem em marchas na defesa do governo vigente.

Analisando ainda a professora da maleta, um fato que merece atenção é o das aulas de contação de histórias proferidas por ela. Nessas aulas, o convívio entre docente e aluno era ainda maior, reforçando não somente os laços de afeto entre eles, mas acima de tudo, instigando os estudantes ao debate e à reflexão: “E tinha um verde, que não era forte nem claro, era um verde amarelado, que as crianças adoravam: era dia da Professora abrir o pacote de história. Cada história ótima” (BOJUNGA, 2012, p. 63).

Contar histórias não é apenas um relato do ficcional ou do real, é, acima de tudo, um momento de interação entre os interlocutores, um aprendizado ainda mais amplo por explorar as capacidades de inferências e de conhecimento de mundo dos envolvidos na ação. É usar a língua de modo soberbo, acreditando que somente ela pode mudar o modo como se pensa a literatura e a sociedade em que se vive. Sobre isso, Barthes (2013, p. 17) afirma:

Mas a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: *literatura*.

Ademais, o mesmo autor reforça: “A segunda força da literatura é sua força de representação. Desde os tempos mais antigos até as tentativas de vanguarda, a literatura se afaina na representação de alguma coisa. O quê? Direi brutalmente: o real” (BARTHES, 2013, p. 22-23).

Resumindo, as aulas da Professora da maleta representam as atitudes de mudança em meio a tanta repressão, pois, contar história promovia a integração de sua classe com o exterior. Ela utilizava a literatura como uma ferramenta de fomento e provocação. Paralelamente, é o que Bojunga faz no texto em questão: promove a reflexão a partir de críticas simbólicas contra o regime militar, em um contexto ainda muito duro da ditadura, focando o futuro do Brasil com a politização do jovem leitor.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Com a implantação da *Lei 5.692/1971*, que obrigava o uso de livros de escritores brasileiros nas escolas de 1º grau, muitos autores como Lygia Bojunga, Ana Maria Machado e Ruth Rocha aproveitaram o momento, produzindo obras engajadas que continham em seus textos metáforas e símbolos que rejeitavam o governo ditatorial. Para o presente estudo, debruçou-se apenas sobre Lygia Bojunga e sua obra *A casa da Madrinha* (2012), buscando verificar no texto as marcas que representassem a crítica da autora contra o poder arbitrário do governo. Aliás, como visto, a obra é riquíssima em símbolos e metáforas implícitas ou explícitas.

Tais símbolos representam as torturas com suas consequências físicas e psicológicas, a política de delação, os Atos Institucionais que regiam o governo ditatorial na época, o sistema de ensino e o rígido controle do pensamento e da reflexão. É notável a inteligência e a coragem da autora em discutir temas tão polêmicos, ao mesmo tempo em que burla a censura rígida dos paramilitares na época da publicação da obra. Infelizmente, o período militar é ainda um assunto velado tanto nas escolas públicas quanto nas privadas, e seu conteúdo estudado no último ano do Ensino Médio, propositalmente. Os professores dessas esferas são, ainda, obrigados a seguir um currículo que privilegia assuntos que não esclarecem de maneira integral a barbárie que faz parte da história e que trouxe muitas consequências, no âmbito social, político e econômico, que se refletem até hoje no país.

Pode-se afirmar que estudo de obras que trazem em seu contexto críticas sobre o período ditatorial é de suma importância para o aprimoramento do senso político do jovem leitor, principalmente, por ser uma temática tão polêmica e obscura nos livros didáticos. Em suma, o gênero infantojuvenil brasileiro pode ser um grande aliado dos professores, que têm como propósito enriquecer a discussão, não somente literária das obras, mas, também, sobre o fator histórico que compõe a narrativa. Assim, a leitura de livros voltados para o público jovem, compostos no período de 1970, por exemplo, devem fazer parte da grade de estudos dos docentes, visando incitar o alunado na reflexão sobre o período militar e suas tristes consequências, além de preservar a memória de um regime marcado pela tortura, violência política, mortes, perseguições a intelectuais, estudantes e a trabalhadores.

Ademais, o tema é pertinente, uma vez que uma parte dos brasileiros parece não se lembrar de maneira mais crítica do período ditatorial que

o Brasil viveu com suas vítimas e “desaparecidos” políticos. Verifica-se que desenvolver um projeto interdisciplinar poderá contribuir para uma sociedade mais consciente e reflexiva quanto às questões históricas e literárias, transformando a comunidade escolar e por extensão, talvez, o País.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *Aula*: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciado dia 7 de janeiro de 1977. São Paulo: Cultrix, 2013.

BETTO, Frei. *Batismo de sangue*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

BOJUNGA, Lygia. *A casa da Madrinha*. Ilustrações de Marie Louise Nery. 20. ed. Rio de Janeiro: Casa Lygia Bojunga, 2012.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*: estudos de teoria e história literária. 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. 2. ed. reform. - São Paulo: Moderna, 2004.

EVARISTO, D. Paulo. *Brasil: nunca mais*. Um relato para a história. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

FONTINHAS, Mônica de Melo. *Desvendando o simbólico*: uma leitura de *A casa da Madrinha* sob a ótica da Ditadura Militar. 2014. 55 f. Monografia (Especialização em Literatura Brasileira e História Nacional) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

Submissão: 22 de novembro de 2019.

Aceite: 06 de dezembro de 2019.